

TRABALHO E EDUCAÇÃO: possibilidade de humanização?

Camila Aparecida de Campos¹
camilaapcampos@gmail.com

Resumo

Apresentamos nesta exposição uma construção acerca do conceito de trabalho, com base em Engels e Marx, apontando as contradições acerca do trabalho na modalidade de emprego em relação a sua condição de ser um dos aspectos que garantiu nossa humanidade. Em sua origem o trabalho teve uma função, e hoje, em sua formatação atual, é instrumento do caminho oposto: a alienação e conseqüente desuso de nossas possibilidades humanas de reflexão, criatividade e mudança. Nesse sentido, a escola que apesar de ter bases no sistema do capital, pode, e deve, ser utilizada como instrumento no retorno do trabalho em seu sentido ontológico provocando a formação do homem com consciência de seu papel histórico na transformação desta sociedade que nos desumaniza.

Palavras chave: trabalho, condição humana, educação.

Abstract:

We present this exhibition a building on the concept of work, based on Marx and Engels, pointing out the contradictions about the work in the form of employment in relation to their condition to be one of the aspects that ensured our humanity. In its origin the work had a role, and today, in its current format, is an instrument of the opposite way: the alienation and consequent disuse of our human possibilities of thought, creativity and change. In this sense, the school despite having bases in the capital system, can and should be used as an instrument of labor in return for their sense ontological causing the formation of man conscious of his historical role in the transformation of society that dehumanizes us .

Keywords: labor, human condition, education.

¹ Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão UFG/CAC.

Introdução

Este artigo discute sobre a centralidade do trabalho na produção da existência humana. Apresentamos nesta exposição a construção acerca do conceito de trabalho que se fez necessária na elaboração de nossa dissertação de Mestrado “Os desafios da implementação do currículo integrado no Proeja em Rio Verde-GO”, pesquisa essa que analisa uma experiência em curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Estado de Goiás, na cidade de Rio Verde, no período de 2006 a 2009.

Na nossa pesquisa qualitativa nos coube traçar caminhos de construção do que hoje se chama de *currículo integrado*, percorrendo trilhas através da teoria do currículo, com a consideração de que o fundante na construção desse currículo é uma relação de trabalho humanizadora, portanto não há como se falar de currículo integrado sem pontuar ainda qual o trabalho que estamos vivenciando e qual a compreensão na totalidade do conceito. Para tanto, utilizamo-nos das contribuições de Marx (2004; 1989) e Marx; Engels (2004).

Trabalho como produção da existência humana: integração com a educação

O tipo de trabalho existente na sociedade é reflexo do tipo de sociedade que se estabeleceu historicamente, e hoje o que existe no Brasil é a inserção subordinada na lógica do capital. A relação entre educação e trabalho deve ser realizada com base nesta materialidade em que vivemos: o trabalho é visto e efetivado como emprego, e este último é quesito básico de sobrevivência, por meio do pagamento do salário, que “é determinado pela luta amarga entre o capitalista e o trabalhador” (MARX, 1989, p. 101).

Na sociedade capitalista, globalizada, que possui claramente o princípio de exploração do homem pelo homem, conforme nos apresenta Mészáros (2006), “um sistema internacional de dominação e subordinação”(p. 111), a inserção no

mercado de trabalho torna-se a primeira necessidade para a sobrevivência humana; é pela venda da força de trabalho que o homem compra dos gêneros alimentícios até a cultura. Contudo, afirmamos que o trabalho possui outra dimensão, a da construção da sociabilidade humana, a atividade criativa que é capaz de promover a relação do homem com a natureza, extraindo desse processo condições melhores de vida e conseqüente aprimoramento desta. Assim, podemos afirmar que antes da venda de sua força de trabalho, o trabalho em si já garante sobrevivência, independente da apropriação que outros fazem dele.

Marx e Engels contribuíram como pioneiros para a discussão do trabalho na dimensão ontológica. Engels publica em 1896 um texto de nome “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” (2004), em que afirma que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (p. 11), concluindo ainda que até certo ponto é o trabalho que cria a condição de homem, enquanto gênero humano. A grande contribuição do texto é diferenciar o homem do macaco não somente pelo ato de pensar, mas por sua realização por meio do trabalho.

Acreditando em nossa descendência dos macacos, Engels (2004) afirma que, na medida em que esses nossos ancestrais circunstancialmente passaram a andar sobre os pés, as mãos ficaram disponíveis para demais atividades que não “servir de muleta para um aleijado”, e, num período histórico longo, foram adquirindo destreza e habilidade, de geração em geração, a ponto de transformarem uma lasca de sílex em machado. A mão por sua vez não deve ser observada como parte desconexa do corpo. Apoiando-se em Darwin, Engels considera a complexidade da relação entre mão e corpo como vias de mão dupla, em que a atitude de uma modificava a da outra.

Outra consideração de Engels a respeito da evolução humana refere-se ao agrupamento desses, que são considerados os animais mais sociais, bem como à sua intervenção na natureza e à melhoria de alguns aspectos da vida. Ao mesmo tempo em que sofriam a ação da natureza, os homens, com a complexificação das atividades de trabalho, depararam-se com a necessidade de uma comunicação mais

desenvolvida, daí o aprimoramento da fala e o desenvolvimento do aparelho respiratório humano e dos demais órgãos:

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco, esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos em diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando e seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade. (ENGELS, 2004, p. 17)

Conclui-se, portanto, que a formação da sociedade e a distinção entre o homem e os macacos, que pulavam de árvore em árvore, têm como causa o trabalho. Pelo trabalho os homens construíram os instrumentos de caça e pesca, e a construção desses instrumentos leva Engels a algumas inferências: os animais também organizam de uma determinada forma sua alimentação por período, colhendo ora mais ora menos, dependendo de questões do clima, por exemplo, contudo, o trabalho começa na elaboração de instrumentos para tal atividade, coisa que os animais não fazem. E ainda: a opção pela caça e pela pesca fez com que o homem se afastasse do reino vegetal, optando por uma alimentação mista que garantisse substâncias necessárias ao desenvolvimento do organismo em melhor qualidade e maior quantidade. Também, o uso do fogo, a domesticação dos animais, o aparecimento da agricultura, a fiação e a tecelagem são ações conscientes do homem, guiadas pela necessidade real, processadas pelo pensamento, portanto, ao contrário dos animais que podem devastar uma área sem perceber o que fazem, o homem, por sua relação complexa e consciente com a natureza, é capaz de refletir sobre tal destruição, e, a partir de suas necessidades, julgar o fato e aprimorá-lo com as condições materiais que existirem no momento:

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez resulta do trabalho. (ENGELS, 2004, p. 23).

O homem age sobre a natureza e a modifica por meio do trabalho. Marx e Engels (2004) conceituam o trabalho nesta relação:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (ENGELS, 2004, p. 30).

O fruto da relação homem-natureza é o produto carregado de um valor de uso, uma matéria que traz consigo uma solução a determinada necessidade humana. Portanto, o produto não é o fim em si do objeto, mas vem carregado das condições materiais em que foi produzido, conforme se deu a relação homem-natureza. A capacidade de domínio ou de previsão de alguns fenômenos da natureza gerou um amadurecimento do homem e conseqüentemente das relações humanas. No entanto, não se criou uma relação de respeito com a natureza, o homem a explora de forma imediatista para sanar agora não só suas necessidades, mas materializar o seu pensamento. Engels (2004) critica essa relação idealista em que majoritariamente os homens se organizaram.

Essa dimensão ontológica de que a constituição do *ser homem* se dá pelo trabalho é desconsiderada pelo modo de produção ao qual estamos submetidos. Portanto, o trabalho, na forma de força de trabalho, promove o caminho inverso: não promove criação e recriação humana; a configuração em emprego desumaniza o homem. Para dialogar sobre o processo de trabalho, recorreremos a Marx (2004; 1989). Essa é uma escolha teórica e política, por sua crítica ao sistema do capital.

No modo de produção capitalista a força de trabalho é vendida para garantir a sobrevivência, ou seja, a priori nos parece que ainda se trata da relação homem-sobrevivência, contudo a forma como esse processo se dá e o seu fim, que é receber o salário, fogem totalmente da atividade criadora. Os produtos são mercadorias, a força de trabalho é mercadoria, e, para essa corrente de pensamento, o próprio homem na condição de trabalhador é mercadoria. Marx (2004b) no texto VI, Valor e Trabalho, problematiza: “a primeira pergunta que temos que fazer é esta: qual o valor de uma mercadoria? Como se determina este valor?” (p. 57) e assim, “qual o valor da força de trabalho?”(p. 58).

Independentemente da forma como as mercadorias são produzidas, e considerando o valor de uso dos produtos, o que há de comum em seu processo de fabricação é o trabalho. Mas, o sistema capitalista coloca o próprio trabalho como mercadoria, daí as leis que valem aos produtos são aplicadas, quase em totalidade, ao trabalho humano. Em sua discussão sobre a mercadoria, Marx (2004b) chega à conclusão, utilizando o exemplo do trigo e da onça de ouro, de que o mesmo tempo aplicado em trabalho para a criação de uma mercadoria não necessariamente significa a mesma remuneração do trabalhador, ou seja, contêm-se no processo a precarização e a desvalorização de alguns tipos de atividades.

A premissa inicial é de que o valor da força de trabalho é fixado como o das demais mercadorias, e Marx (2004b) afirma que: “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (p. 71b). Assim, o que o trabalhador recebe como remuneração deve ser necessário para que ele garanta o seu próprio sustento (alimentício no mínimo); o suficiente para que ele seja capaz de criar seus filhos para perpetuar a espécie, que, como já dito, só funciona com a realização do trabalho. O valor do trabalho na sociedade capitalista não corresponde ao tempo que um trabalhador assalariado fica na fábrica ou ao trabalho realizado, por exemplo:

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de

consumir ou usar a mercadoria que comprou. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a produzir. Portanto, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, o capitalista adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. (MARX, 2004b, p. 72)

A utilização da força de trabalho conforme as necessidades do patrão serve para que o dono da força de trabalho utilize o trabalho excedente, ou seja, as “horas de sobre trabalho” para a produção da mais valia, do lucro. É essa relação entre capital e trabalho que é a base da sociedade capitalista: o trabalhador gera mais valia, enriquecendo assim o seu patrão:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). (MARX, 1989, p. 144)

A relação torna-se desumana com a força de trabalho como uma mercadoria, e torna-se alienada na medida em que o trabalho já não exprime criação, em que o produto causa estranhamento ao produtor. Isso ocorre devido à *objetivação* do trabalho, a transformação da coisa física com o trabalho, que ao invés de gerar efetização do trabalho o desefetiza, aliena-o. Quanto àquilo que o trabalhador produz, ou então parte daquilo, além de não reconhecer o processo de trabalho, ele não tem o capital suficiente para sua aquisição. É a contradição entre a produção e o valor do salário. E, partindo do trabalho como condição de existência humana, essa objetivação do trabalho não aliena somente o homem nas relações de trabalho, aliena-se toda a vida; ele é apenas um servo da venda da sua força de trabalho.

Na medida em que tomamos a centralidade do trabalho na construção das relações e consideramos o modelo societal capitalista baseado na exploração da força de trabalho, torna-se importante o alerta que nos faz Mészáros (2006) sobre

a consolidação desse modelo de exploração que não leva em consideração o ser humano, que nos divide em classes:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significado grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MÉSZÁROS, 2006. p. 96)

Esse controle do capital que atinge as relações de trabalho e divide os homens baseia-se na tese de que “a sociedade deve se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos” (MÉSZÁROS, 2006, p. 99, grifos do autor). A divisão do trabalho é a divisão também da vida, não ocorre somente dentro dos muros da fábrica.

Com a visão do crescimento da produção, o desenvolvimento tecnológico é quesito para novas acumulações. Parte desse desenvolvimento tecnológico é responsabilidade da escola. Atribui-se à escola o papel de formação de mão-de-obra capaz de entrar nessa roda de produção e de acumulação pelas classes dominantes. A educação, na forma de escolarização, portanto com viés institucional, incorpora essa realidade fabril, precisa responder às necessidades do mercado de trabalho. Essas foram as condições criadas pela humanidade, que agora é refém dessa instituição; o homem precisa qualificar-se para obter o emprego e assim garantir sua sobrevivência vendendo sua força de trabalho.

A escola também se organiza para perpetuar a exploração do homem pelo homem. Gramsci comenta que isso se dá com a própria separação que se pode presenciar nas atividades escolares: “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 109). Isso reflete a concepção de que o trabalho

manual, sistematizado, deve ser realizado pela classe trabalhadora, enquanto que a elite, formando seus intelectuais, seria capaz de fazer a gestão dos meios de produção e o controle do aparato do Estado.

Contudo, retomando a visão do trabalho como condição da existência humana, há perspectivas que não se amparam na lógica do mercado de trabalho e propõem o crescimento da capacidade de pensar para uma melhor intervenção na vida e conseqüentemente no mundo. A educação seria uma possibilidade de o homem se conhecer, se localizar na luta de classes e reafirmar seu princípio de homem histórico, ontológico, segundo o qual

[...] o homem, na medida em que é homem, é um ente social; [...] em todo ato de sua vida, refleta-se esse ou não em sua consciência, o homem sempre, e sem exceções, realiza ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo estágio de gênero humano. (LUCAKS, 1979, p. 142)

Na medida em que o homem tem consciência de sua capacidade de mudança, não somente possui um avanço individual, mas o coletivo também, pois, além de si, ele transforma a sociedade, e então não é mais somente transformado por ela.

Pensar o trabalho como atividade de produção, no sentido de produtivismo, é ir ao encontro da alienação humana. No conceito marxiano o trabalho é realização, e a produção deve estar ligada à atividade criadora, e não meramente reprodutora. O trabalho é a expressão da práxis, na qual o homem se relaciona com a natureza, com os outros seres sociais, transformando os outros e a si mesmo. Quando a divisão hierárquica do trabalho tem em foco apenas a acumulação, ela “acarreta imediatamente a desumanização do homem” (MANACORDA, 2007, p. 68). Assim, o trabalho deve ser visto como um meio de criação do bem estar do homem (PARO, 1999), afinal o trabalho é central na vida do homem, diferenciando-o dos animais justamente por sua capacidade criadora de gerar meios para superar suas necessidades e garantir uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMPOS, Camila Aparecida de Campos. **Os desafios da implementação do currículo integrado do Proeja em Rio Verde-GO**2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do Trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl, e ENGELS. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 29-56.

MARX, Karl. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004a, p.11-28.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004b, p. 57-100

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 94-125.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: KUENZER, Acácia Zeneida, et al **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.